

Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000*

Pery Teixeira*

Palabras-clave: População indígena, migração, autodeclaração, educação e renda

Resumo

Não obstante o esforço dos analistas em demografia indígena do Brasil, os dados do Censo Demográfico de 2000 ainda estão sub-utilizados no que se refere ao aprofundamento de estudos sobre as características demográficas da população indígena do Brasil. Esse vácuo é maior quando se refere às migrações indígenas, cuja dificuldade de se mensurar e de se analisar a partir dos dados demográficos (obtidos a partir de amostras da população) cresce à medida que se as informações se desagregam espacialmente. No caso dos indígenas do Brasil, um caminho indicado para o estudo das migrações é através da consideração dos indígenas residentes nas grandes cidades ou nas áreas metropolitanas, cuja população era, em 2000, várias vezes a autodeclarada em 1991 e cujo crescimento ainda não foi devidamente explicado. O trabalho busca contribuir para a compreensão de alguns aspectos da migração indígena para as áreas urbanas mais populosas, a partir do exame de dados censitários de 2000 referentes a três grandes cidades brasileiras. Procura, também, algumas pistas para a tentativa de explicação do extraordinário crescimento demográfico observado na década de noventa. Aspectos demográficos e sociais, além da procedência dos indígenas migrantes e o tempo de migração, também são estudados. Dá-se especial relevância para o enfoque do nível de instrução e da renda dos migrantes urbanos.

* Trabajo presentado en el III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP, realizado en Córdoba –Argentina, del 24 al 26 de Septiembre de 2008.

* Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas (Brasil). E-mail: periteixeira@uol.com.br

Migração, urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000*

Pery Teixeira*

Introdução

As preocupações com a falta de referências a respeito das características e da dinâmica demográficas da população indígena brasileira passaram a se manifestar com intensidade, entre os estudiosos da questão indígena no Brasil, nos anos oitenta. Um dos fatores principais de tais preocupações era a inexistência, nos censos demográficos, de informações específicas a respeito da população indígena brasileira.

Apesar da inclusão de um quesito sobre a população indígena no censo de 1991, a cobertura censitária era insatisfatória no que se refere a essa população, e só foram levantados os indígenas residentes nos postos da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), nas missões indígenas e nas cidades. Além disso, a inclusão de uma única questão (raça/cor) no questionário da amostra, em que o próprio entrevistado indicava sua cor ou etnia, não permitia avançar na confirmação do entrevistado como indígena (Azevedo, 1994; Pagliaro, 2002, Pagliaro et al., 2005).

Na realização do censo de 2000 não havia mais as limitações quanto à cobertura, mas o problema da auto-identificação prevaleceu, contribuindo para um crescimento da população auto-declarada indígena de cerca de 150% entre os dois censos (de 294 mil a 734 mil), absolutamente improvável no contexto demográfico brasileiro. Assim, levanta-se a hipótese de mudança de auto-identificação de pessoas que se haviam declarado pardas ou pretas por ocasião do censo de 1991, devido a fatores de origem sócio-cultural e política (Pereira e Azevedo, 2004, p.3).

Um problema adicional e estrutural a respeito dos dados censitários de 1991 e 2000 diz respeito à condição de pequenos números da população indígena (da ordem de pouco mais de 0,4% do total brasileiro), especialmente quando desagregada por situação de domicílio ou por unidades geográficas pequenas. Por esse motivo, sua análise tem que ser limitada, de uma forma geral, aos territórios referentes a macrorregiões, estados, áreas metropolitanas, mesorregiões ou microrregiões e aos municípios com maior concentração de indígenas.

Entre os fenômenos demográficos relacionados à população indígena que estão a exigir estudos aprofundados e detalhados encontra-se a migração, especialmente a que se dá em direção às cidades. Esses processos migratórios têm-se tornado cada vez mais frequentes e, no entanto, são pouco estudados (Coimbra Jr. e Ventura, 2000, p. 3). Já haviam sido realizados estudos com bastante aprofundamento em décadas anteriores, nem sempre relacionados especificamente às características demográficas dos migrantes (Figoli, 1982; Romano, 1982; Coimbra Jr. e Santos, 2000; Teixeira, 2005, Azevedo, 2006).

Paralelamente a essas contribuições para a compreensão do processo migratório da população indígena brasileira, vêm surgindo os primeiros estudos sobre o assunto com base nos resultados dos censos demográficos de 1991 e 2000. Ao analisar alguns resultados desses dois censos, Pereira (2004) indicava que o grande crescimento intercensitário deu-se

* Trabajo presentado en el III Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, ALAP, realizado en Córdoba –Argentina, del 24 al 26 de Septiembre de 2008.

* Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas (Brasil). E-mail: periteixeira@uol.com.br.

diferencialmente entre as regiões e para áreas urbanas e rurais, sendo bastante superior nas primeiras (respectivamente 20,5% e 5,2% ao ano). Em consequência, a parcela da população indígena que residia em área urbana passou de 23,9% em 1991 para 52,2% em 2000 (IBGE, 2005).

Estes diferenciais na evolução da população indígena podem ter relação, de um lado, com a migração dos indígenas para as áreas urbanas, que se tem processado em quase todo o país e é relatada pelos estudiosos que foram citados até agora. Há, no entanto, um componente relativo à autodeclaração que parece ultrapassar em muito o efeito da migração no crescimento urbano.

Segundo publicação do IBGE (2005), o aumento da urbanização indígena é decorrente da maior enumeração dessa população nas Regiões Sudeste e Nordeste. Com efeito, 66% do crescimento da população indígena urbana do Brasil deram-se nessas duas regiões. Essas regiões têm os menores números de terras indígenas homologadas e, nas últimas décadas, os povos indígenas ali residentes (e em outras regiões do país) passaram a reivindicar de forma mais contundente seus direitos. Esses movimentos, segundo Baines (2001), aceleraram “*o processo de emergência de novas identidades e a reinvenção de etnias já conhecidas*”. Com esse “*processo de reidentificação indígena*” o autor afirma que está havendo um rápido crescimento das populações indígenas nas cidades. Por outro lado, as regiões em que a população indígena concentra-se nas áreas rurais, são, geralmente, aquelas em que há maior número de terras indígenas demarcadas e homologadas, como são os casos das Regiões Norte e Centro-Oeste (IBGE, 2005).

O efeito da autodeclaração parece estar afetando também as zonas rurais, dado que o aumento deste segmento demográfico entre 1991/2000 aponta uma taxa de crescimento de 5,4% ao ano, incompatível com o crescimento natural dessa população dadas as taxas de fecundidade observadas no período. Este efeito estaria se dando até mesmo na Região Norte, onde a maioria da população indígena reside nas zonas rurais.

Segundo o IBGE (2005, p. 63-64), a maioria das pessoas autodeclaradas indígenas em 2000 nasceram nas regiões Norte e Nordeste, mas o Sudeste e o Centro-Oeste constituíam-se no principal destino dos migrantes indígenas. Além disso, o Nordeste apresenta-se como a região com o maior número de emigrantes. No que se refere ao Nordeste e ao Sudeste, essa configuração parece assemelhar-se a processo ocorrido no país na segunda metade do Século XX com a população brasileira em seu conjunto.

Apesar de o Sudeste ser a região que mais recebe migrantes indígenas, cada estado que o compõe apresenta comportamento diferenciado em relação ao fenômeno migratório, não havendo, portanto, uniformidade entre essas áreas. Os estados que mais recebiam migrantes indígenas nas décadas de 80 e 90 eram São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto Minas Gerais perdia mais efetivos indígenas que os demais estados da Região. O Rio de Janeiro chama a atenção por receber grande contingente de migrantes indígenas, o que não ocorre com esse estado quando se refere ao restante da população brasileira. Em outras palavras, os padrões migratórios da população indígena e da população brasileira total não são semelhantes para aquele estado. Os estados do Nordeste, por sua vez, têm perdido quantidade importante de população para outras regiões, especialmente para o Sudeste, tanto para anos próximos a 1991 como a 2000, fato que não ocorre na Região Norte, cuja perda populacional pela emigração foi reduzida nesses mesmos períodos (IBGE, 2005).

Nos anos que antecederam imediatamente o censo demográfico de 2000 os fluxos migratórios inter-regionais mostraram-se pouco expressivos. De fato, apenas 2% dos indígenas com cinco anos e mais de idade em 2000 declararam estar residindo, em 1995, em região diferente daquela em foram recenseados naquele último censo.

Brasil e Teixeira (2006) estudaram o processo migratório de um grupo de microrregiões entre as mais populosas e urbanizadas do país. Segundo esses autores, a microrregião de Boa Vista, na Amazônia, tinha a mais elevada população indígena do Brasil em 1991, mas perdeu essa posição, em 2000, para a Região Metropolitana de São Paulo. No período 1991-2000, essas microrregiões apresentaram fortes variações dos efetivos populacionais indígenas. Em 1991, apenas uma delas atingia contingente superior a 10 mil pessoas (Boa Vista, em Roraima), ao passo que em 2000 oito das onze estudadas pelos autores superavam aquele valor. Nesse último ano, apenas as microrregiões de Curitiba, Belém e Fortaleza ficavam abaixo dos 10 mil habitantes, ao passo que São Paulo despontaria com a maior população indígena do Brasil, com quase 33 mil residentes (Brasil e Teixeira, 2006, p.3)

Tabela 1.

População indígena nas microrregiões das capitais e respectivos estados e participação dos efetivos microrregionais no total estadual (%) - 1991 e 2000

Microrregião e UF	Microrregião		Unidade da Federação		Participação da população da microrregião na UF (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Manaus	2.332	11.546	67.882	113.391	3,44	10,18
Boa Vista	12.920	13.586	23.425	28.128	55,15	48,30
Belém	960	5.839	16.131	37.681	5,95	15,50
Fortaleza	1.840	5.431	2.692	12.198	68,35	44,52
Recife	795	11.254	10.577	34.669	7,52	32,46
Salvador	3.821	23.006	16.025	64.240	23,84	35,81
Belo Horizonte	1.767	16.420	6.115	48.720	28,90	33,70
Rio de Janeiro	7.550	28.399	8.955	35.934	84,31	79,03
São Paulo	7.960	32.912	13.168	63.789	60,45	51,60
Curitiba	1.014	8.739	10.976	31.488	9,24	27,75
Porto Alegre	3.218	13.471	14.474	32.232	22,23	41,79

Fonte: Teixeira e Brasil, 2006

Comparando os dados das microrregiões das capitais com os do interior dos estados percebeu-se que, de um modo geral, a população indígena das microrregiões das capitais é inferior às das microrregiões do interior, tanto em 1991 como em 2000, mas essa situação varia territorialmente e no tempo. Esses diferenciais apontam para a constatação de que nem todas as capitais constituem o *locus* privilegiado de residência para a população indígena, especialmente naqueles estados que contêm quantidade significativa de terras indígenas, como o Amazonas. Esse estado, por sinal, é o que apresenta o maior contingente indígena do país e a maior diversidade de etnias, como também um considerável número de áreas de preservação das culturas desses povos. Tal fato pode explicar, em parte, a razão por que a microrregião de Manaus, que detém mais de 60% da população total (indígenas e não-indígenas) daquele estado, apresenta apenas a décima parte de sua população indígena (Brasil e Teixeira, 2006).

De uma forma geral, a população autodeclarada indígena cresceu mais nas microrregiões das capitais estaduais que nas interioranas, aumentando sua concentração nas metrópoles estaduais. Nesses casos, muito provavelmente pesou a autodeclaração de cor/raça, já que a imigração diferenciada não justificaria, por si só, os diferenciais entre capital e interior. A mesma explicação poderia ser aventada nos estados onde a participação da população indígena cresceu menos nas capitais que no interior (nomeadamente, Roraima, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo). Nesses estados, a população que não se havia identificado como

indígena, em 1991, o fez, em 2000, com maior intensidade no interior que nas respectivas capitais.

Nas microrregiões das capitais, a população indígena reside, na maioria, em suas áreas urbanas. Apenas Boa Vista constitui exceção a essa regra, já que mais de dois terços dos indígenas residem na área rural. A microrregião de Manaus também apresenta um diferencial urbano-rural importante, já que 24% estão dos indígenas residem na zona rural¹. Nas demais microrregiões, mais de 90% dos indígenas encontram-se nas cidades.

A influência da autodeclaração na enumeração da população indígena do Brasil

As causas relacionadas ao expressivo aumento no número de pessoas que se autodeclararam indígenas em 2000, quando comparado ao de 1991, não são evidentes e merecem ser pesquisadas. Em publicação recente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela realização dos censos demográficos nacionais, enumera e comenta algumas possibilidades (não excludentes) para a explicação do fenômeno. Uma primeira opção seria um crescimento vegetativo significativo, o qual, certamente, não possui magnitude suficiente para explicar o aumento observado. Outra alternativa de explicação seria a imigração originária dos países limítrofes com elevada população indígena, como Bolívia, Equador, Paraguai e Peru. Também nesse caso, a contribuição para o crescimento teria pouca importância relativa, devido à magnitude do aumento observado. A hipótese mais plausível ficaria por conta do aumento do número de indígenas residentes nas cidades que teriam optado pela categoria “indígena” no censo de 2000 e que, em 1991, se autotransferiam em outras categorias de cor/raça (IBGE, 2005).

Numa tentativa de buscar explicações para o fenômeno, fez-se um exercício de avaliação do peso da autodeclaração no crescimento populacional de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras entre 1991 e 2000. Para tanto, projetou-se a população indígena dessas regiões através de taxas de crescimento vegetativas estimadas e saldos migratórios dados pela base censitária de 2000. As estimativas foram feitas apenas para a população com idade igual ou superior a cinco anos (coberta pelo censo demográfico) e na suposição de inexistência de migração internacional, dada a impossibilidade de se calcular saldos migratórios para a população indígena originária de outros países. Os resultados encontram-se na tabela que se segue.

¹ Deve-se ressaltar que é irrisória a população indígena na zona rural do município de Manaus (cerca de 1% do total dos indígenas). O valor relativamente elevado para a microrregião de Manaus (24%) deve-se à quantidade relativamente importante de indígenas nas áreas rurais dos outros municípios que a compõem.

Tabela 2

Diferença entre o crescimento observado e estimado da população indígena com cinco anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões, Brasil, 1991 e 2000.

Região	População observada em 1991 (censo)	Crescimento 1991/2000 previsto* (% ao ano)	População observada em 2000 (censo)	Crescimento 1991/2000 observado (% ao ano)	Diferença entre crescimento observado e esperado (% ao ano)	Diferença entre crescimento observado e esperado (v.absoluto)	Proporção da diferença sobre a população de 2000
Norte	102930	3,0	179157	6,4	3,4	45394	25,3
Nordeste	47633	-0,6	155159	14,0	14,6	109866	70,8
Sudeste	28260	4,6	89532	13,7	9,1	47143	52,7
Sul	26008	2,8	152623	21,7	18,9	119176	78,1
Centro-Oeste	43609	4,3	76413	6,4	2,1	12757	16,7
Brasil	248440	2,8	652883	11,3	8,5	334335	51,2

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991 e 2000

* Taxa estimada através da soma do crescimento vegetativo e do saldo migratório

A população esperada em 2000 (não constante da tabela) foi projetada com base no crescimento vegetativo estimado para os anos 90 acrescentado do saldo migratório regional, dado pelas bases censitárias de 1991 e 2000. Pode-se perceber que o crescimento previsto para a década é muito variável entre as regiões, e depende fundamentalmente dos saldos migratórios regionais. Assim, por exemplo, a Região Sudeste, com um crescimento vegetativo reduzido (1,6% ao ano), aumenta consideravelmente esse taxa quando se leva em conta a migração, já que é a região que mais recebeu imigrantes indígenas na década. O contrário ocorre com o Nordeste, que, além de não dispor de um crescimento vegetativo robusto (2% ao ano), tem um saldo migratório negativo, cuja incorporação faz cair a previsão populacional da década. O Norte e o Centro-Oeste apresentam as maiores taxas de crescimento vegetativo (3,0% e 3,7% ao ano, respectivamente) e saldos negativos reduzidos; daí o fato de terem mantido taxas de crescimento próximas das vegetativas.

Deve-se enfatizar que não apenas as taxas anuais de crescimento observado são, em alguns casos, muito superiores às de crescimento previsto, como também são superiores, para quatro das cinco regiões, ao próprio crescimento previsto. A Região Norte é aquela em que o crescimento observado mais se aproxima do esperado, ainda que mantenha uma distância significativa dele.

Esse exercício de estimação de crescimento mostra o expressivo crescimento da população nos anos 90 não pode ser explicado pela simples aplicação de técnicas demográficas de projeção. Abstraindo-se os migrantes indígenas provenientes de países vizinhos (a maioria dos quais certamente não recenseados), pode-se adiantar que uma quantidade substancial de indígenas que havia declarado outro pertencimento étnico em 1991 autoidentificou-se como indígena no censo de 2000. Os dados da tabela mostram que o número de mudanças nas autodeclarações poderia representar proporções muito elevadas, representando a metade da população indígena com menos de cinco anos do Brasil e a grande maioria da que residia no Nordeste e no Sudeste em 2000. A se confiar nos dados apresentados na tabela, não seria exagero afirmar que quase 80% dos autodeclarados indígenas em 2000 não o foram em 1991. Entre outras conseqüências, essas evidências tenderiam a tornar ociosas as tentativas de

elaboração de prognósticos referentes ao volume da população indígena a ser levantada no censo demográfico de 2010.

Migração e condições de vida nas grandes cidades

Assim como sucede para o conjunto da população brasileira, as grandes cidades são o destino preferido dos indígenas que deixam seu território, mesmo que eles tenham que residir em outra cidade antes de ali chegar. Nas 10 maiores cidades do país as taxas de crescimento populacional no último decênio do Século XX, foram todas superiores a 20% ao ano.

É exatamente esse extraordinário crescimento das grandes cidades brasileiras, que, aliás, se repete para o mundo urbano do país, que demonstra a importância da auto-identificação no incremento incomum da população indígena entre 1991 e 2000.

Tabela 3

Taxa média anual de crescimento da população indígena nos municípios mais populosos do Brasil 1991/2000

Município	Crescimento anual (%)
São Paulo	29,3
Rio de Janeiro	43,2
Belo Horizonte	21,1
Fortaleza	27,2
Brasília	20,8
Curitiba	24,9
Recife	32,3
Manaus	26,8
Porto Alegre	20,3
Belém	21,1

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1991 e 2000.

Os estudiosos sobre a migração indígena têm-se debruçado pouco sobre os dados censitários, especialmente os referentes ao censo demográfico de 2000, com o objetivo de verificar a situação dos migrantes indígenas residentes nas grandes cidades brasileiras. Este trabalho procura contribuir para a compreensão de alguns aspectos dessa situação, com base em informações censitárias de três municípios: Manaus (AM), Recife (PE) e São Paulo (SP). A escolha é baseada no fato de que se trata de municípios com elevada população indígena, representativos em termos regionais e onde se salientam realidades específicas.

Manaus, situado no coração da Amazônia brasileira e seu município mais populoso, situa-se no estado que apresenta o maior contingente indígena do país. Sua população indígena é composta, em grande maioria, por migrantes originários das terras indígenas do estado ou de filhos desses migrantes. Observa-se também que o município apresenta, entre os três selecionados, a menor proporção de indígenas em relação à população indígena do estado.

A capital de Pernambuco, Recife, teve, entre 1991 e 2000, o maior crescimento da população indígena entre as capitais que sediam áreas metropolitanas brasileiras, concentrando expressivo contingente de população carente. O extraordinário crescimento de Recife (31,9% ao ano) não se deve à imigração, mas especialmente aos que deixaram de se declarar indígenas em 1991 para fazê-lo em 2000. Além disso, foi, entre os municípios de maior população indígena do país, onde mais cresceu, no mesmo período, a participação relativa da população Indígena na total indígena estadual.

São Paulo tem a terceira maior população indígena do país, mas sua Região Metropolitana é a primeira em população entre as congêneres. Município brasileiro com o maior crescimento da população indígena em números absolutos, entre 1991 e 2000, é o que apresenta mais migrantes provenientes de outros estados da Federação.

Tabela 4

População indígena total e número de migrantes (não nascidos nos municípios) em que foram recenseados. Manaus, Recife e São Paulo, 2000.

Município	População indígena (Hab.)	Migrantes (não nascidos no município de residência)	Proporção de migrantes sobre a população indígena total (%)
Manaus	7.787	3.437	43,5
Recife	5.094	1.869	36,7
São Paulo	17.068	11.782	63,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Os migrantes representam uma parcela relevante da população indígena residente nos três municípios em estudo. Ressalte-se o valor elevado referente ao município de São Paulo. No caso de Manaus e Recife, é provável que a migração seja de caráter mais antigo, o que justificaria a superioridade relativa de São Paulo. Nesse caso, parte importante dos indígenas daqueles dois municípios deve ser descendente dos que migraram há mais tempo, tratando-se, portanto, de uma segunda geração indígena nas cidades.

A julgar pelos dados referentes à migração recente (entre 1995 e 2000), os fluxos migratórios indígenas com destino àqueles municípios não parecem estar arrefecendo, contrariando a redução da migração como um todo com destino às grandes cidades brasileiras. Os valores para Manaus e Recife não são muito expressivos (8,5% e 6,1%, respectivamente), mas denotam um processo contínuo de migração. Já São Paulo apresenta uma proporção de 16,4% de migrantes recentes em sua população indígena, o que, se exato, parece contrariar uma conjuntura de queda do ritmo migratório dos brasileiros em direção às principais cidades do país.

Migração indígena e nível de instrução

Dois dos indicadores de educação de cálculo mais simples e de mais fácil compreensão correspondem ao nível de alfabetização da população. Trata-se da Taxa de Analfabetismo e da Taxa de Analfabetismo Funcional. Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado à sua vida diária (Ribeiro *et al.*, 2002). O conceito original de alfabetização vem sofrendo alterações, desde então. Vinte anos após o advento daquela primeira definição, a própria UNESCO passou a sugerir uma nova conceituação de alfabetização, em que era definido como *analfabeto funcional* a pessoa que não tivesse a capacidade de fazer uso efetivo da leitura e da escrita nas diferentes esferas da vida social. Operacionalmente, o analfabetismo funcional refere-se a pessoas com menos de quatro anos de estudo formal. Em ambos os casos, as informações necessárias ao cálculo provém dos censos demográficos decenais. Para efeito deste trabalho, desenvolveremos os indicadores referentes ao ano de 2000.

Sabe-se que, de uma forma geral, as condições de vida dos imigrantes de uma localidade diferem daquelas relativas à população natural da mesma localidade. Tal assertiva tem mais validade quando se consideram os migrantes pobres, os quais tenderiam, nos primeiros

momentos, a desfrutar de uma qualidade de vida inferior à dos nativos locais (Rabelo, 2006). Pretende-se, a partir dessa reflexão, verificar a situação social dos indígenas migrantes e não-migrantes dos três municípios mencionados, tendo como parâmetro de comparação a população não-indígena migrante e não migrante neles residente em 2000.

Tabela 5

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade para a população indígena e a não-indígena, segundo a característica de ser ou não migrante. Municípios de Manaus, Recife e São Paulo, 2000.

Município	Indígenas		Não-indígenas	
	Migrantes	Não-migrantes	Migrantes	Não-migrantes
Manaus	10,2	7,8	8,0	3,3
Recife	16,8	7,0	13,5	7,2
São Paulo	10,4	4,7	7,6	1,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Há dois aspectos a considerar a respeito dos dados da Tabela 5. De início, verifica-se que, tanto para a população migrante como para a não-migrante, independentemente do fato de ser ou não indígena, o analfabetismo é nitidamente superior entre os migrantes que entre os naturais. Todavia, a diferença entre os indígenas migrantes e não-migrantes, em Manaus e São Paulo, é menor que a que se verifica entre os não-indígenas. Não ocorre o mesmo em Recife, que segue o mesmo padrão (e quase o mesmo nível) de alfabetização da população não-indígena, mostrando também uma forte divisão de níveis de alfabetização entre migrantes e não-migrantes. A explicação para essa diferença exigiria estudos mais detalhados, tanto de caráter sócio-econômico como cultural, o que não é objeto deste trabalho.

Apesar de os indígenas estarem em clara desvantagem educacional em relação aos não-indígenas, independentemente do fato de serem ou não migrantes, o diferencial no nível de alfabetização entre migrantes e não-migrantes indígenas é bem inferior à que se verifica para os não-indígenas. A explicação para tal situação não é evidente. Poderia ser buscada na existência de redes de solidariedade que se estabelecem entre os indígenas, especialmente entre os de uma mesma etnia. Todavia, embora sejam visíveis em Manaus, onde os povos indígenas mais numerosos costumam morar em comunidades mais ou menos organizadas, o mesmo pode não se dar em São Paulo e em Recife.

Tabela 6

Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade da população indígena e da não-indígena, migrante e não-migrante Municípios de Manaus, Recife e São Paulo, 2000

Município	Indígenas		Não-indígenas	
	Migrantes	Não-migrantes	Migrantes	Não-migrantes
Manaus	29,0	17,0	22,0	11,7
Recife	31,8	15,6	24,6	14,9
São Paulo	26,2	11,2	22,1	6,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

O mesmo desfavorecimento social dos indígenas aparece quando se contemplam os dados sobre o analfabetismo funcional, indicador mais sensível e menos sujeito a critérios subjetivos de medição que o analfabetismo corrente. Percebe-se que, tanto entre os migrantes como entre os não-migrantes, a população indígena apresenta níveis de alfabetização inferiores aos da população não-indígena. No entanto, como ocorreu com o indicador anterior, os contrastes entre a população migrante - indígena ou não, com a não-migrante - são fortes, com vantagem explícita para os não-migrantes. Observe-se que em Recife o nível de analfabetismo funcional dos não-migrantes é praticamente o mesmo para indígenas e não-indígenas. Para os indígenas, especificamente, esse município acompanha o mesmo padrão dos outros dois, com fortes disparidades entre migrantes e não-migrantes.

Vê-se, assim, que, no que concerne aos dois indicadores de alfabetização utilizados, os indígenas são sensivelmente mais desfavorecidos que os não-indígenas, sejam eles migrantes ou naturais dos municípios em estudo. No entanto, os níveis piores de educação estão entre os migrantes indígenas, o que fica visível quando se utiliza o analfabetismo funcional como indicador.

Migração e renda entre os indígenas

Muito embora o migrante que reside há pouco tempo numa localidade tenda a apresentar, de uma forma geral, condições de vida – consubstanciada em níveis educacionais e de renda, situação no mercado de trabalho, etc., - inferiores às do morador que nasceu na mesma localidade, o decorrer do tempo contribui para que sua situação melhore, chegando mesmo a suplantar a do residente nativo. Isto ocorre, por exemplo, com os imigrantes em Manaus, conforme indicam os dados do censo demográfico de 2000 (Rabelo, 2006), e os de outras regiões do Brasil.

As informações do censo de 2000 indicam que situação semelhante parece ocorrer com a população indígena que migra para as grandes cidades brasileiras. Se considerarmos, por exemplo, a população indígena que tem rendimentos inferiores a um Salário-Mínimo - o que indica condições precárias de vida na cidade -, observamos que os não-migrantes enquadram-se nessa categoria em maior proporção que os migrantes, o que, aliás, ocorre também com a população não-indígena (Tabela 7). Tomando a devida precaução, tal situação poderia ser explicada pela antiguidade da migração indígena para as cidades em estudo. De fato, em 2000 uma nítida maioria de indígenas habitava nesses municípios por um período superior a dez anos. Esses migrantes “antigos” correspondiam a 66% dos imigrantes de Manaus, 70% dos de Recife e 63% dos de São Paulo. É interessante notar que, nas três cidades, os não-migrantes indígenas parecem desfrutar de condições financeiras melhores que os não-indígenas da mesma categoria, já que, entre aqueles, os que recebem menos de um Salário-Mínimo por mês são em proporção menor que entre os não-indígenas.

Os indígenas imigrantes em Manaus encontram-se em franca desvantagem face aos de Recife e os de São Paulo em termos de rendimentos mensais, a julgar pelos dados mostrados na tabela. A situação não é surpreendente, pois reflete o que ocorre com o total da população (indígenas e não-indígenas) de cada um dos municípios. De fato, Manaus, com renda mensal *per capita* de R\$ 262,00 em 2000, encontra-se em situação bastante inferior a Recife (R\$ 392,00) e mais ainda a São Paulo (R\$ 610,00).

Tabela 7

Proporção da população indígena e da não-indígena com rendimento mensal inferior a um Salário-Mínimo, segundo a condição de migrante ou não-migrante. Municípios de Manaus, Recife e São Paulo, 2000

Município	Indígenas		Não-indígenas	
	Migrantes	Não-migrantes	Migrantes	Não-migrantes
Manaus	46,2	65,3	53,5	66,5
Recife	38,4	54,7	49,3	64,9
São Paulo	36,3	54,8	37,6	49,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

Conclusões semelhantes podem ser tiradas a partir da observação da Tabela 7, em que são mostradas as proporções dos moradores indígenas e não-indígenas, migrantes ou não, que recebem mensalmente mais de três Salários-Mínimos. Novamente os migrantes estão em vantagem sobre os não-migrantes e os indígenas em relação aos não-indígenas. Manaus volta a ostentar a pior situação entre os três municípios, tanto para os indígenas como os não-indígenas. Convém realçar, no entanto, a desvantagem dos migrantes de Manaus em relação aos de Recife em relação a esse indicador, e a proximidade da proporção de Recife com a de São Paulo (25,2% e 30,3% dos migrantes, respectivamente, recebem mensalmente três ou mais Salários-Mínimos). Esta relativa proximidade, contudo, pode-se dever à reduzida amostra relativa aos que se encontram nessa faixa de renda, não sendo conveniente, portanto, avançar mais em seu exame.

Tabela 8

Proporção da população indígena e da não-indígena com rendimento mensal igual ou superior a três Salários-Mínimos, segundo a condição de migrante ou não migrante. Municípios de Manaus, Recife e São Paulo, 2000

Município	Indígenas		Não-indígenas	
	Migrantes	Não-migrantes	Migrantes	Não-migrantes
Manaus	17,6	11,5	21,3	14,5
Recife	25,2	13,3	29,2	15,6
São Paulo	30,3	24,3	37,8	33,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

De uma forma geral, os indicadores do nível de instrução parecem não somente indicar contrastes maiores entre migrantes e não-migrantes e entre indígenas e não-indígenas do que os indicadores de rendimentos, como também mostram relações até certo ponto em sentido contrário a esses últimos. Um olhar atento nos resultados obtidos, porém, poderá mostrar que, se a renda é aparece como um indicador favorável à população migrante, em virtude da antiguidade da migração indígena, essa mesma antiguidade irá determinar níveis de instrução melhores entre os não-migrantes, já que os indígenas de migração antiga, com certeza analfabetos ou semi-analfabetos em sua maioria, dificilmente teriam encontrado meios de promover a elevação de seu nível de instrução desde sua chegada à cidade. Uma análise do

analfabetismo que considere a idade dos migrantes poderia fornecer subsídios para a compreensão de situações dessa complexidade, e fica como sugestão para pesquisas futuras.

Considerações finais

Não obstante as inúmeras deficiências das informações sobre a população indígena levantadas pelos censos demográficos de 1991 e 2000, elas se constituem na principal base de dados para o estudo da demografia dos povos indígenas no Brasil. Sua riqueza está na abrangência geográfica da pesquisa censitária, que vasculha todos os rincões do território nacional, assim como na multitudine das variáveis levantadas, cuja análise tem permitido desvendar características sócio-demográficas dos indígenas antes impossíveis de realizar

Há uma forte relação entre o extraordinário crescimento da população indígena do Brasil entre os censos de 1991 e 2000 e a metodologia de autoidentificação da raça ou cor na entrevista censitária. Demograficamente, não se explica taxas de crescimento tal como as apresentadas pela população indígena nessa década, seja em para o total do país ou para suas macrorregiões, estados ou municípios. O presente trabalho procurou, através de técnicas simplificadas de projeção demográfica, avaliar, de forma bastante aproximada, o peso da autoidentificação nos resultados censitários de 2000. Apurou-se que cerca da metade do total da população que se autodeclarou indígena em 2000 indicou outra categoria como raça/cor 1991, quando inquirida pelos entrevistadores do censo de então. Os valores correspondentes para Nordeste e Sudeste são, respectivamente, de 70% e 80%. Resta ainda muito a ser estudado para que se aprofunde a questão do papel da auto-declaração nos resultados censitários de 2000. Entre elas encontra-se o estudo do crescimento exorbitante das maiores cidades brasileiras, que este trabalho não contemplou.

Numa outra linha de investigação, este trabalho procurou, a partir do estudo de informações sócio-demográficas da população indígena de três importantes cidades brasileiras (Manaus, Recife e São Paulo), abordar alguns aspectos referentes às condições sociais dos migrantes indígenas que procuram, na área urbana, um arremedo de qualidade de vida que não conseguem obter em suas terras ancestrais – quando a possuem. Constatou-se que o nível de alfabetização do indígena migrante não apenas é inferior ao do não-indígena como também o é em relação ao indígena não-migrante. Além de toda a necessidade de adaptação nos primeiros anos de vida na cidade, o indígena enfrenta também inúmeros outros problemas, como os relativos à identidade e ao preconceito. Mesmo que consiga sobreviver na vida urbana – assim como os migrantes pobres não-indígenas – e chegue a receber uma remuneração suficiente para a manutenção sua e de sua família, não conseguiria encontrar tempo nem disposição para se dedicar à vida escolar. Provavelmente, essa situação encontra-se na origem do baixo nível de instrução do indígena migrante. Um indicador mais objetivo da alfabetização, a Taxa de Analfabetismo Funcional, mostrou, quanto ao nível de instrução do migrante, resultados parecidos aos obtidos com a clássica Taxa de Alfabetização.

Ainda como forma de investigar a situação do migrante indígena na grande cidade foi investigada a renda mensal por ele auferida. Os não-migrantes que recebem menos de um Salário-Mínimo mensal perfazem maior proporção sobre o total de não-migrantes que os migrantes de rendimentos semelhantes. Esta constatação é válida tanto para indígenas quanto para não-indígenas, sendo surpreendente apenas na aparência. De fato, tal situação talvez possa ser explicada pelo caráter antigo da migração dos indígenas nas cidades estudadas. Em todas as três, mais de 60% dos migrantes indígenas fixaram residência mais de 10 anos antes do censo demográfico de 2000. E, mesmo que um migrante recém-chegado à cidade disponha, na maioria dos casos, de condições de vida inferiores ao do morador nascido na cidade, a luta pela sobrevivência pode fazer com que sua renda aumente com o correr do

tempo, chegando mesmo a superar à do nativo, como mostram inúmeros exemplos encontrados na literatura da vida urbana.

A atividade voltada para o exame e a análise dos dados demográficos sobre a população indígena tem longo caminho a percorrer até fornecer a variedade de elementos para a compreensão da realidade indígena no Brasil. Este mesmo trabalho – bastante incompleto em relação à amplitude e complexidade da situação socioeconômica do indígena – poderá ser estendido e aprofundado com a infinidade de informações disponíveis nas bases censitárias. Considerando-se apenas os indígenas migrantes das grandes cidades, uma plêiade de investigações podem ainda ser realizadas com base em elementos simples da análise demográfica e social, como a distribuição por sexo e idade, o tempo de migração, a origem do migrante, as migrações de curta e de longa distância, a situação ocupacional, a renda salarial, e tantos outros fatores que um artigo de poucas páginas não saberia – nem poderia abordar a contento.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, M. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, n. 11, p. 235-244, 1994.

Azevedo, M. M. Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Brasil. Apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG, 2006.

BAINES, S. G. As chamadas aldeias ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, v. 1, n. 7, 2001.

BRASIL, M.; TEIXEIRA, P. Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000: o caso das capitais estaduais. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambu, *Anais...* Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006. Disponível em

http://abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacaocaderno_id=504&nivel=2&texto_id=3019.

COIMBRA JR., C.E.E.; Santos, R.V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva* vol.5 no.1 Rio de Janeiro 2000.

FIGOLI, L. H., 1982. Identidad Étnica y Regional: Trayecto Constitutivo de uma Identidad Social. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília.

IBGE. *Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000*. Rio de Janeiro, IBGE, Estudos e Pesquisas no. 17, 2005.

PAGLIARO, H. A recuperação demográfica dos povos indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13., 2002, Ouro Preto, *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984. Disponível em: http://abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=179&nivel=2

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M.M.; SANTOS, R.V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: _____. *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. 192 p. (Saúde dos povos indígenas).

PENNA, T. C. de F. Porque demografia indígena brasileira? In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1984, v.3. p.1571-1583.

PEREIRA, N.O.M. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se auto-declararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_556.pdf> Acesso em: out. 2005.

PEREIRA, N.O.M.; AZEVEDO, M.M. *Os povos indígenas e os censos do IBGE: uma experiência brasileira*. Trabalho apresentado no I Congresso Internacional da Associação Latino-americana de População, Caxambu, 2004.

PEREIRA, N.O.M.; AZEVEDO, M.M.; SANTOS, R.V. Perfil demográfico e sócio-econômico das pessoas que se autodeclararam “indígenas” nos censos demográficos de 1991 e 2000. In: Pagliaro, H; Azevedo, M.M.; Santos, R.V. (Org.). *Demografia dos povos indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. 192 p. (Saúde dos povos indígenas).

RABELO, E. de Q. Características sócio-demográficas dos migrantes para o município de Manaus a partir da criação da Zona Franca de Manaus. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

RIBEIRO, M., VOVIO, C. L. e MOURA, M. P. Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional. *Educ. Soc.*, Dec. 2002, vol.23, no.81, p.49-70.

ROMANO, J. O. Índios citadinos: o caso dos Sateré-Mawé proletariado. [Dissertação de Mestrado apresentada na UnB]. Brasília, 1982

SILVA, M. F. A demografia e os povos indígenas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, n. 11, p. 261-264, 1994.

TEIXEIRA, P. (Org.). *Sateré-Mawé: Retrato de um povo indígena*. Manaus, UNICEF/FNUAP, 2005